

Primeiro módulo da Escola de Fé e Política é realizado em Conselheiro Lafaiete



O primeiro módulo de formação da Escola Fé e Política Dom Luciano Mendes foi realizado nos dias 1 a 3 de fevereiro, na Casa de Formação Cardeal Cardjin, em Conselheiro Lafaiete (MG). O encontro foi assessorado pelo padre Marcelo Moreira Santiago, coordenador arquidiocesano da Dimensão Sociopolítica, e teve como tema “O Povo de Deus e a Política”.

Padre Marcelo mostrou a relação fé e política, com uma análise histórica, bíblica e a partir da longa tradição da Igreja, mostrando o compromisso que nasce da fé face aos desafios da vida em sociedade.

O módulo, voltado para lideranças eclesiais e da sociedade civil, agentes das pastorais sociais e dos movimentos sociais, servidores públicos e militantes políticos, contou, além da coordenação, com a participação de 27 alunos de várias cidades da Arquidiocese e de dioceses vizinhas como de Belo Horizonte e Caratinga.

“Foi um momento rico de reflexões, partilhas, celebrações e de aprofundamento da consciência cristã que move os cristãos e todos de boa vontade à cidadania ativa, fundamentada na Palavra de Deus, na tradição da Igreja e na Doutrina Social da Igreja”, relata Silene Gonçalves, representante leiga da Dimensão Sociopolítica.

O próximo módulo será realizado nos dias 26 a 28 de abril e ainda é possível realizar a inscrição. “Se você não participou do primeiro módulo, mas deseja participar, pode fazer a sua inscrição sem prejuízo no processo formativo, uma vez que os módulos, mesmo guardando uma sequência de temas, são aplicados em blocos.

Na ocasião, em solidariedade a tragédia em Brumadinho, os participantes fizeram uma nota ressaltando que estão em luto e na luta.

“A vida em primeiro lugar”

Nós, participantes do primeiro módulo da sexta turma da Escola Fé e Política Dom Luciano Mendes da Arquidiocese de Mariana, reunidos na cidade de Conselheiro Lafaiete, nos dias 1º a 3 de fevereiro de 2019, diante do crime ocorrido em Brumadinho, com o rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale, vimos manifestar nossa solidariedade às vítimas, às suas famílias e comunidades e nossa indignação diante do descaso para com a vida, em todas as suas expressões e manifestações, a vida humana e do meio ambiente, e diante de uma economia neoliberal globalizada que se coloca a serviço do lucro e não dos povos, em suas necessidades e anseios.

A vida humana é dom divino, obra sagrada e inviolável. Ninguém que tenha bom senso e capacidade de reflexão, cristão ou não, se opõe a esta verdade. Com o crime de rompimento da barragem da Vale, no dia 25 de janeiro, deste ano, em Brumadinho, repetiu-se o ocorrido na cidade de Mariana, em 2015, comprovando que os interesses econômicos se sobrepõem à dignidade e sacralidade da

vida.

Entre mortos e desaparecidos, inúmeras histórias foram interrompidas. Além disso, memórias afetivas, riquezas naturais, patrimoniais e econômicas, foram perdidas de forma irrecuperável, impactando, diretamente, o ecossistema e as vidas dos moradores da região.

O rompimento da barragem de rejeitos da Vale, em Brumadinho, é um exemplo do total descaso para com a vida. Para muitos, acidente ou catástrofe de dimensões incalculáveis. Parte da mídia, por interesses incompatíveis com os anseios da população, quer impor uma interpretação tendenciosa, isentando os responsáveis pelo ocorrido. Não foi um acidente. Foi um crime, um homicídio coletivo, vidas ceifadas, sonhos e projetos interrompidos.

Onde estava o poder público? Os nossos representantes?

A crise econômica, ética e política que vivemos, faz o capital se tornar senhor das decisões, pressionando as comunidades e o Estado a ignorar os ataques à vida e ao meio ambiente.

A sociedade espera a adoção de medidas mais assertivas e justas que venham de encontro às necessidades do povo. As leis que regem o setor minerador carecem de revisão, endurecendo as medidas punitivas e de fiscalização que, realmente, penalizem as empresas e seus responsáveis, como, por exemplo, tornar inafiançáveis crimes dessa natureza.

É preciso também fazer com que as empresas mineradoras assumam o compromisso de reparação financeira e ambiental permanente, sobre áreas impactadas. Outra medida a ser adotada é a promoção e fortalecimento da atuação da sociedade civil em diferentes frentes de trabalho, com o poder de participação e intervenção efetiva nos processos decisórios, quanto à ocupação, exploração e permanência das empresas em território nacional.

Que crimes como estes não mais aconteçam! Estamos de luto e na luta por vida, dignidade e justiça.

Escola de Fé e Política Dom Luciano - 6º Turma

Conselheiro Lafaiete, 2 de fevereiro de 2019